

Lei nº. 108 - de 30 de Outubro de 1915

Orça a despesa e fixa a receita
para o exercício de 1916.

José Antônio de Souza, Prefeito do Município de Piedade.
Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de hoje, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Capítulo I

Da despesa e da receita.

Art. 1º Por conta da quantia fixada no artigo
Art. 1º A despesa geral do Município de Piedade,
para o anno financeiro de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro
de 1916, é fixada em 13.200\$000. A receita geral do
Município de Piedade, para o anno financeiro de 1º de Janeiro
a 31 de Dezembro de 1916, é fixada em 13.200\$000.

Capítulo II

Da despesa.

Art. 2º Por conta da quantia fixada no artigo
1º para a despesa ordinária, é o Prefeito autorizado a
despendêr com a pessoa e serviços a seu cargo a quantia
de 13.200\$000, pela forma seguinte:

\$1º. Pessoal. Para pagamentos dos funcionários municipais, inclusive, o subsídio do Prefeito	3.360\$000
\$2º. Para o expediente da Prefeitura e da Ca marra municipal	370\$000
\$3º. Para o expediente da delegacia	50\$000
\$4º. Para a iluminação pública	4.200\$000
\$5º. Para conservação de ruas	540\$000
\$6º. Para pagamentos de juros	300\$000
\$7º. Para serviços eleitorais	400\$000
\$8º. Para auxiliar os mestres da banda municipal	300\$000
\$9º. Para medicamentos aos pobres	480\$000
\$10º. Para auxiliar Santa Casa de Lencóis	200\$000

J. Mendes 2

§ 11º Para obras públicas 500.000

§ 12º Para auxílio ao Instituto Pasteur de São Paulo 100.000

§ 13º Para a conservação da estrada desta a Itaparacanga 1.300.000

§ 14º Para imposto

Capítulo III

Ora receita:

Art. 3º A Prefeitura fará arrecadar no exercício de 1916, pelas subidas da receita, de acordo com a discriminação abaixo, a quantia de 13.200.000.

§ 1º Imposto de indústria e profissão 4.800.000

§ 2º " " licença 500.000

§ 3º " " predial 1.000.000

§ 4º " " de ambulante 100.000

§ 5º " " veículos 400.000

§ 6º Renda do matadouro 1.400.000

§ 7º Taxa de operação de pesos e medidas 100.000

§ 8º " do pequeno cemitério 50.000

§ 9º Imóveis 50.000

§ 10º Contribuição estabelecida em contrato com o Estado 1.200.000

Art. 4º Por conta do excesso de arrecadação do exercício de 1916, fica o Prefeito autorizado a abrir os créditos suplementares, que forem necessários, às verbas deste orçamento, que se tornarem insuficientes para fazer face às despesas decretadas por leis especiais da Câmara.

Capítulo IV

Disposições gerais.

Art. 5º A arrecadação dos impostos e taxas será feita de acordo com os tributos e leis em vigor.

com as modificações constante delas.

§ 1º - Fazendas inclusive poucos feitas, (negociantes de) com capital até 5.000\$000, pagará 1% 000 e com capital superior, pagará 2% 000.

§ 2º - Farmacia ou drogaria, (negociante de) com capital até 50.000\$000, pagará 4% 000 e com capital superior, pagará 6% 000.

Art. 6º - Continuam em vigor as disposições gerais de caráter permanente das leis orçamentárias anteriores, que não tivessem sido revogadas e que, implicitamente ou explicitamente, não forem contrárias às disposições desta.

Art. 7º - Fica revogado o artigo 13º da tabela geral de imposto, aprovada pela lei nº 20 de 7 de Outubro de 1909 e suas disposições em contrário.

O Secretário o fará registrar e publicar.

Secretaria da Prefeitura do Município de Piedade, 30 de Outubro de 1915.

O Prefeito,

José Antônio de Moraes.

O Secretário,

Raphael de Melo

Publicada na mesma data.

O Secretário,

Raphael de Melo

Lei nº 109 de 1º de Abril de 1916.

Autoriza um auxílio para a

inauguração da Igreja Matriz.

José Antônio de Moraes, Prefeito do Município de Piedade.

Faz saber que a Câmara Municipal, faz, em sessão de hoje, decretar e em prosseguir a seguinte lei: